

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços de consultoria tributária, de um lado, **AUTO POSTO CANDEIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 06.931.234/0001-39, sediada à Avenida Santa Terezinha, nº 3810 - Planalto, Gua Lopes da Laguna Mato Grosso do Sul, CEP 79230-000, denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado, **TRIBUTO JUSTO - MAW CONSULTORIA EMPRESARIAL E TRIBUTARIA LTDA**, empresa de tecnologia em sistemas de programação, com CNPJ sob o nº 38.661.672/0001-10, com sede à Avenida Anita Garibaldi, nº 2480 - São Lourenço, Curitiba PR, CEP 82200-550, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tem, entre si, como justo e contratado, o que se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1. Tendo em vista as orientações estabelecidas pela Instrução Normativa nº 2055/2021 da Receita Federal do Brasil (RFB) e a jurisprudência do poder judiciário e do Conselho administrativo de recursos fiscais (CARF), a **CONTRATANTE** pactua com a **CONTRATADA**, a fim de que esta segunda auxilie lhe na recuperação administrativa e judicial de créditos de INSS Patronal decorrentes de pagamentos indevidos realizados a título de tributos incidentes sobre verbas indenizatórias e não contributivas da folha de pagamento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2. Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria tributária e administrativa na execução dos serviços, consistentes em:

Análise, levantamento de dados e documentos para apuração, e recuperação de pagamentos efetuados indevidamente junto a "RFB - Receita Federal do Brasil, referente ao INSS" a título de "Contribuição Previdenciária Patronal - contribuições para terceiros", visando diminuir e/ou isentar, quando legal, a carga tributária incidente sobre as seguintes exações, conforme já esclarecido em parecer técnico apresentado:

a) **NÍVEL 1** - auxílio-educação; salário família; salário maternidade; aviso prévio indenizado; 15 primeiros dias auxílio doença/acidente.
"RAT - Risco Ambiental de Trabalho" (RAT + EAT) com a "redução das alíquotas de grau de risco, consoante anexo V do Decreto nº 3048/1999", com vigência a partir de janeiro de 2008".
"Contribuições destinadas a terceiros".

b) **NÍVEL 2** - vale transporte, vale combustível, vale alimentação, plano de saúde, plano odontológico, e farmácia.

c) **NÍVEL 3** - gratificações; adicional de insalubridade; DSR, 13º indenizado, IRRF e INSS, horas extras e reflexos.

Interposição de medidas administrativas, que se fizerem necessárias ao bom cumprimento do objeto acima, junto aos órgãos e jurisdições competentes, com o acompanhamento até a decisão final, de trânsito em julgado.

2.1. A **CONTRATANTE** deve providenciar todas as informações e facilitar o acesso aos documentos necessários dos últimos 60 (sessenta) meses para elaboração e consequente ingresso das medidas reativas, garantindo à **CONTRATADA** completa autonomia de trabalho, com livre acesso a livros, documentos e anotações que se relacionam direta ou indiretamente ao objeto do contrato, colocando, ainda, suas estruturas de recursos humanos, jurídica e contábil a disposição da **CONTRATANTE**.

Paris

2.2. A CONTRATANTE, desde já, deixa ciente a CONTRATADA que não realizará a exclusão das verbas acima expostas caso, ao longo do contrato, prevalecer decisão dos Tribunais Superiores desfavorável aos interesses de ambas as partes.

2.3. A CONTRADA responsabiliza-se apenas pelos procedimentos decorrentes deste contrato, eximindo-se do que for alheio ao objeto da presente prestação de serviços, ficando a CONTRATANTE integralmente responsável por eventuais impedimentos decorrentes de outra prestadora de serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Em contraprestação aos serviços prestados, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA:

Serão pagos à CONTRATADA o valor equivalente a 30% (trinta por cento) líquidos incidentes sobre o total do valor do benefício recuperado decorrente dos últimos cinco anos, que será auferido pela CONTRATANTE por meio da compensação de créditos tributários com débitos vincendos e vencidos previdenciários efetuados administrativamente.

a) O pagamento deverá ser efetuado em parcelas do percentual acordado no caput da cláusula 3.1, calculadas conforme o valor da utilização do crédito mensal pela CONTRATANTE por meio de documentos comprobatórios, tais quais: Guias de Recolhimento; Extratos da FPM; Declarações para compensações e GFIP, DARF.

b) O pagamento dos honorários será calculado considerando o percentual acordado no contrato de prestação de serviço sobre o valor do crédito efetivamente recuperado pela CONTRATANTE. Os valores para os créditos serão corrigidos pela taxa SELIC mês a mês, sendo que a diferença nos honorários para essa correção será computada e cobrada mensalmente de acordo com a atualização dos créditos.

3.2. Se tratando de INSS PATRONAL, os pagamentos dos honorários serão efetuados na mesma data do pagamento da DARF - Documento de Arrecadação de Tributos Federais (INSS), sendo enviado ao CONTRATANTE o boleto de pagamento após a compensação de cada mês observando a data limite, como o de vencimento do imposto-tributo devido, estando incluídas todas as despesas decorrentes de impostos, taxas, fretes, seguros, locomoção, as quais estão relacionadas com a prestação dos serviços contratados.

3.3. No caso de atraso no pagamento dos Honorários, incidirá multa de 2% (dois por cento) e juros de 1% a.m. (um por cento ao mês).

3.4. Persistindo o atraso no pagamento dos honorários no mês seguinte, a CONTRATADA poderá suspender a execução dos serviços independentemente de notificação judicial ou extrajudicial até a regularização por parte da CONTRATANTE, eximindo-a inclusive de qualquer responsabilidade pelos danos causados no período da respectiva paralização, ou considerar rescindido o presente contrato, devendo conduto, cumprir com as formalidades previstas no item 10.2 do presente instrumento.

3.5. Na hipótese de a CONTRATANTE requisitar a apresentação do memorial de cálculo discriminado a CONTRATADA antes de findar a prestação de serviço pactuado neste instrumento particular, fixa-se então que será antecipado integralmente os honorários avençados a CONTRATADA. A disponibilização do cálculo mensal pomenorizado fica condicionado ao pagamento da diferença referente a parte honorários pactuados conforme a cláusula 3.1, considerando os meses compensados.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE ENTREGA DOS SERVIÇOS.

4.1. Para o fiel cumprimento das obrigações descritas na cláusula segunda deste instrumento, a CONTRATANTE estabelece com a CONTRATADA como prazo de entrega dos serviços o esgotamento do crédito ou decisão final administrativa.

CLÁUSULA QUINTA – DEMAIS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

5.1. A CONTRATADA se responsabiliza pela realização do procedimento de compensação administrativa perante a Receita Federal, se isentando de eventuais ônus no tocante a não

Handwritten signature

homologação.

5.2. A **CONTRATADA**, além das responsabilidades legais e contratuais já previstas neste instrumento, compromete-se a

5.2.1. Prestar seus serviços profissionais a **CONTRATANTE** nas áreas administrativas, judiciais e contábeis.

5.2.2. A **CONTRATADA** se responsabiliza pela apuração e recuperação de pagamentos efetuados indevidamente junto a "RFB - Receita Federal do Brasil, referente ao INSS" a título de "Contribuição Previdenciária Patronal".

5.2.3. A **CONTRATADA** se dispõe a sanar quaisquer dúvidas e questionamento relacionados ao objeto deste instrumento durante o prazo prescricional de 5 (cinco) anos.

5.2.4. A **CONTRATADA** responsabiliza-se por todo o procedimento operacional necessário para a recuperação dos créditos apurados.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO, NOTIFICAÇÃO E TERMO DE INTIMAÇÃO DA RECEITA FEDERAL

6.1. A **CONTRATANTE** deverá enviar para a **CONTRATADA** eventual pedido de esclarecimento, notificação ou termo de intimação recebida da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) para que a **CONTRATADA** realize a análise técnica jurídica, contábil e fiscal.

6.2. Caso ocorra o descrito no item 6.1 desta cláusula, caberá a **CONTRATADA**, em se tratando de pedido de esclarecimento, notificação ou termo de intimação relacionado aos procedimentos por ela realizados, dar as devidas tratativas perante o órgão requisitante - Receita Federal.

a) as tratativas contidas neste item referem-se a todo e qualquer contato, seja ele telefônico, por e-mail, presencial, carta, dentre outros, perante a Receita Federal/Auditor.

6.3. Caso não sejam cumpridos os itens 6.1 e 6.2 ("a"), a **CONTRATADA** não se responsabilizará por eventuais reflexos ocasionados pelas tratativas diretas da **CONTRATANTE** com o órgão requerente (Receita Federal).

6.4. A **CONTRATADA** se compromete a realizar todos os contatos e tratativas administrativas e judiciais necessárias a respaldar o direito dos créditos da **CONTRATANTE**, caso incorra o descrito no item 6.1 salvo se descumpridos os itens 6.1 e 6.2.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

7.1. A responsabilidade pela autenticação e veracidade das informações presentes nos documentos supracitados é da **CONTRATANTE**, uma vez que a partir delas que a **CONTRATADA** desempenhará seus serviços.

7.2. Se os critérios forem aproveitados fora dos padrões e orientações da **CONTRATADA** ou forem identificadas incorreções na documentação utilizada como base para o desenvolvimento do presente trabalho e comprometam a quantificação e qualidade do trabalho desenvolvido, a **CONTRATANTE** se responsabilizará integralmente pela sua própria defesa e danos decorrentes.

7.3. Fica pactuado entre as partes que, após a autorização dos trabalhos, a **CONTRATANTE** está obrigada a realizar as demais compensações dos créditos objetos deste contrato **EXCLUSIVAMENTE** com a **CONTRATADA** até o esgotamento dos referidos créditos, independentemente de hipóteses do Poder Judiciário, seja por qualquer de suas instâncias, ao reconhecer *erga omnes* (a favor de todos) o crédito levantado, bem como se houver edição de lei (ou outro instrumento legal) que também faça idêntico reconhecimento do crédito.

7.4. Restando descumprido o item 7.3 desta cláusula pela **CONTRATANTE**, a mesma deverá arcar com os honorários integrais sobre o valor dos créditos residuais autorizados por ventura não compensados, estando sujeita à negativação, protesto, execução imediata, além de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo índice vigente (IGPM-FGV) à época da inadimplência.

7.5. A **CONTRATANTE** se responsabiliza a informar qualquer procedimento administrativo realizado com o mesmo objeto daquele a ser recuperado pela **CONTRATADA**, bem como declara que até a presente data não tem ação em trâmite na esfera judicial com o mesmo objeto tratado nesse contrato. Da mesma forma, a **CONTRATANTE** se compromete a não ingressar com processo judicial para discutir as mesmas verbas que estão em recuperação administrativa no

Handwritten signature

presente contrato

7.6. Durante o período de compensação dos créditos tributários, a **CONTRATANTE** se compromete a não realizar o pagamento das respectivas guias a serem compensadas. Caso haja o pagamento no período da utilização de créditos e não informado antecipadamente à **CONTRATADA**, será cobrado um valor adicional de honorários para retificação das guias para seu valor original, no valor de R\$500,00 (quinhentos reais).

7.7. A **CONTRATANTE**, no momento da assinatura do contrato, declara ciência acerca das verbas de nível 3, as quais possuem entendimento em tribunais e/ou conselhos fiscais administrativos, de modo que, caso haja questionamentos, processos ou glosa por parte da Receita Federal, a **CONTRATANTE** contará com a assessoria jurídica, contábil e administrativa asseguradas na cláusula 5.2 sem custo adicional para a mesma. A **CONTRATADA** não poderá ser responsabilizada pelas decisões superiores, assumindo apenas a prestação de serviços no que toca a defesa administrativa ou judicial da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONFIDENCIALIDADE

8.1. Os profissionais da **CONTRATADA**, designados para execução dos trabalhos, ficarão comprometidos a manter absoluto sigilo e completa confidencialidade sobre todos os elementos e documentos que tomarem conhecimento no decorrer dos trabalhos que vierem a ser prestados.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

9.1. O presente contrato somente pode ser alterado por mútuo consentimento das partes e por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA – HIPÓTESES DE RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. Considera-se hipótese de rescisão do contrato no caso de inadimplência e no pagamento dos honorários nas datas pactuadas, devendo a notificação de rescisão ser feita via **CORREIO – “AR – MI”**, bem como não serão restituídos os valores porventura adimplidos, os quais servirão para amortização do serviço prestado, além das demais sanções.

10.2. Na ocorrência da rescisão contratual prevista no item anterior, deverá a **CONTRATADA** responder pelo acompanhamento das ações mencionadas pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. Em caso de rescisão unilateral do contrato ou infringência de cláusulas contratuais e legais, fica estipulada multa contratual no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do crédito administrativo apurado em favor da parte prejudicada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS REFLEXOS FUTUROS

12.1. Após a finalização do trabalho, a **CONTRATADA** acompanhará anualmente os reflexos futuros dos itens identificados que vierem a reduzir a carga tributária futura da **CONTRATANTE**.

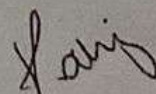
Parágrafo Único: Entende-se por reflexos futuros os benefícios gerados nos casos identificados pela **CONTRATADA** durante a vigência do presente contrato, ocasionando redução da carga tributária. Após aprovação e identificação do benefício, serão devidos os honorários no percentual pactuado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. As partes elegem o foro da Cidade de Curitiba/PR, para o fim de dirimir qualquer ação oriunda do presente contrato, mesmo existindo outro mais benéfico. E por acharem justas e contratadas, as partes firmaram em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, declarando cumprir fielmente todas as disposições contidas no presente instrumento.

Curitiba, 15 de junho de 2022

CONTRATANTE



Kaio R. Platin
AUTO POSTO CANDEIA LTDA
CNPJ sob o n° 06.931.234/0001-39

CONTRATADA

[Assinatura]

MAW CONSULTORIA EMPRESARIAL E TRIBUTÁRIA LTDA
CNPJ n° 38.661.672/0001-10

Av. Anália Caribaudi, 2480 - escritório 2, Boa Vista Curitiba - PR, CEP: 83210-000 - Tel: (41) 3044-4528 - www.brindaguida.com.br



TributoJušto

À
TRIBUTO JUSTO

FORMULÁRIO

PARA MAIOR CELERIDADE DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS, A TRIBUTOJUSTO SOLICITA AOS PARCEIROS O PREENCHIMENTO DAS SEGUINTE INFORMAÇÕES:

EMPRESA Guia Póto Comércio Ltda.
CNPJ 06.931.234/0001-39

EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL

☐ SIM ☒ NÃO

Se sim, em qual período?

☒ GPS/GFIP ☐ E-SOCIAL☐ EMPRESA DESONERADA (FAZ RECOLHIMENTO DE CPBR)

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME TALINY PLEUTINCELULAR () 67-99819-1741TELEFONE FIXO () 67-3269-2342E-MAIL POSTOCANDEIA@HOTMAIL.COMGrupo andrade almeida@hotmail.com

DADOS DO FINANCEIRO

RESPONSÁVEL TALINY PLEUTINTELEFONE () 67-99819-1741E-MAIL POSTOCANDEIA@HOTMAIL.COM

DADOS DA CONTABILIDADE

EMPRESA SOLUCAO CONTABILCONTADOR (A) RODRIGO WOBETOCELULAR () 67-99635-4852

TELEFONE FIXO (67) - 3028-5929E-MAIL SOLUCAOCONTABIL@GMAIL.COM

- 1) A Empresa já realizou algum procedimento administrativo de Recuperação de Créditos?

Sim ☐ Não ☒

Se sim, em qual período e de quais tributos?

- 2) A Empresa tem alguma ação judicial discutindo o mesmo objeto do presente contrato?

Sim ☐ Não ☒

- 3) Qual procedimento a empresa deseja adotar?

☒ COMPENSAÇÃO☐ RESTITUIÇÃO

Em caso de restituição, informar os dados bancários da empresa nos campos abaixo:

Banco: _____

Agência: _____

Conta bancária: _____

Em razão da solicitação de restituição, a conta bancária informada precisa necessariamente ser de origem dos bancos Itaú, Caixa, Bradesco e/ou Santander.

- 4) A Empresa tem alguma outra observação para os procedimentos de recuperação de crédito tributário?

Sim ☐ Não ☒

Tamiré V. Plutini
ASSINATURA DO CONTRATANTE

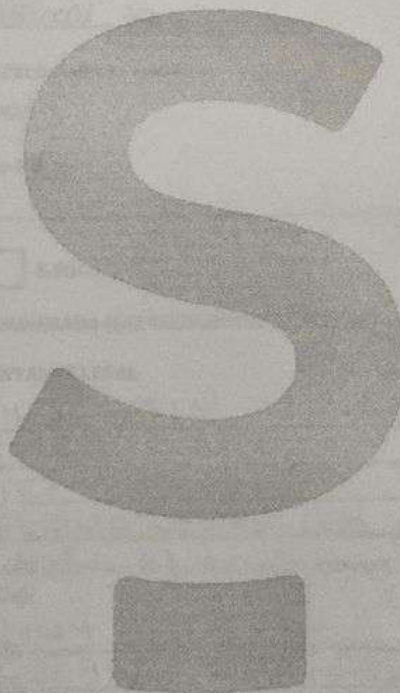
EXCLUSIVO PARA PREENCHIMENTO DO PARCEIRO

5) Qual o percentual de honorários ficou acordado? _____

6) Nome do representante Tributo Justo: _____

Valmir de A. Plutkin

ASSINATURA DO REPRESENTANTE TRIBUTO JUSTO

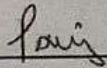
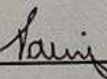
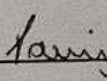




Tributo Justo

A
TRIBUTO JUSTO**AUTORIZAÇÃO PARA COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS CONTÁBEIS – FISCAIS**

AUTO POSTO CANDEIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 06.931.234/0001-39, autoriza a **TRIBUTO JUSTO - MAW CONSULTORIA EMPRESARIAL E TRIBUTÁRIA LTDA**, empresa de tecnologia em sistemas de programação, com CNPJ sob o nº 38.661.672/0001-10, a realizar as compensações das contribuições previdenciárias rubricadas abaixo, nos termos do parecer apresentado:

RUBRICA/ASSINATURA	NÍVEL	VERBAS
	NÍVEL 1	Verbas Pacificadas
	NÍVEL 2	Verbas Prováveis
	NÍVEL 3	Verbas Possíveis

Curitiba, 15 de junho de 2022